

INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MERCADO DE TRABALHO EM MINAS GERAIS

Cristiane Márcia Santos

Professora Adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP/DECEG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA/DECEG
e-mail: crikamarcia@hotmail.com

Rosângela Aparecida Soares Fernandes

Professora Adjunta I pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP/DEPRO
e-mail: roaeconomista@yahoo.com.br

Kalleb de Souza Rangel Machado

Aluno de Graduação de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP
e-mail: kallebmachado@hotmail.com

Filipe Abou Haikal dos Santos

Aluno de Graduação de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP
e-mail: filipe_abou@yahoo.com.br

Lúcio Bonifácio dos Santos

Aluno de graduação de Tecnólogo em Segurança do trabalho – Adjetivo/Vale –
e-mail: lucio.bonifacio@vale.com

RESUMO: Este trabalho investiga a participação no mercado de trabalho segundo os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) da população mineira com idade entre 25 e 64 anos, na faixa elegível ao programa. O objetivo é analisar os diferenciais de participação no mercado de trabalho de residentes em domicílios beneficiários e não beneficiários do PBF. Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e aplicados dois modelos binomial que estima a chance de participação no mercado de trabalho. Os resultados sugerem que há desestímulo ao trabalho entre beneficiários, principalmente entre os homens, comparativamente a não beneficiários.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família; Mercado de trabalho; Minas Gerais.

ABSTRACT: This study investigates the participation in the labor market according to the beneficiary to the Bolsa Familia Program (PBF) mining population aged between 25 and 64 years, range eligible for the program. The objective is to analyze the differences in participation in the labor market and occupational structure of residents in households benefiting or not from PBF, controlling for sex, family attributes, demographics and place of residence. The study used data from the National Household Survey and applied two binomial models to estimate the chance of participation in employment and living. The results suggest that there are disincentives to work among beneficiaries, especially among men, compared to non-beneficiaries.

KEY WORDS: Bolsa Familia Program; Labor Market; Minas Gerais

Área temática: 4. Políticas Públicas

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. O PBF é um programa de transferência condicionada direta de renda que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00) (MDS, 2011).

Os benefícios do Bolsa Família atendem a milhares de brasileiros nos quatro cantos do Brasil. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com quatro tipos de benefícios que variam em valores e também de acordo com a característica da família.

- **Benefício Básico:** o valor repassado mensalmente é de R\$ 70 e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 70 per capita, mesmo não tendo crianças, adolescentes ou jovens.
- **Benefício Variável:** o valor é de R\$ 32 e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 140 per capita, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 96.
- **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ):** é pago o valor de R\$ 38 a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois BVJs.
- **Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE):** pago às famílias dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, cuja migração para o Bolsa Família cause perdas financeiras.

Desde a criação do PBF o número de famílias beneficiárias tem aumentado, em maio de 2011 o programa chega a 12,94 milhões de família no Brasil. No estado de Minas Gerais estão aproximadamente, 9% das famílias beneficiada, ou seja, Minas Gerais tem 1,13 milhões de famílias que recebem o recurso do PBF (Gráfico 1).

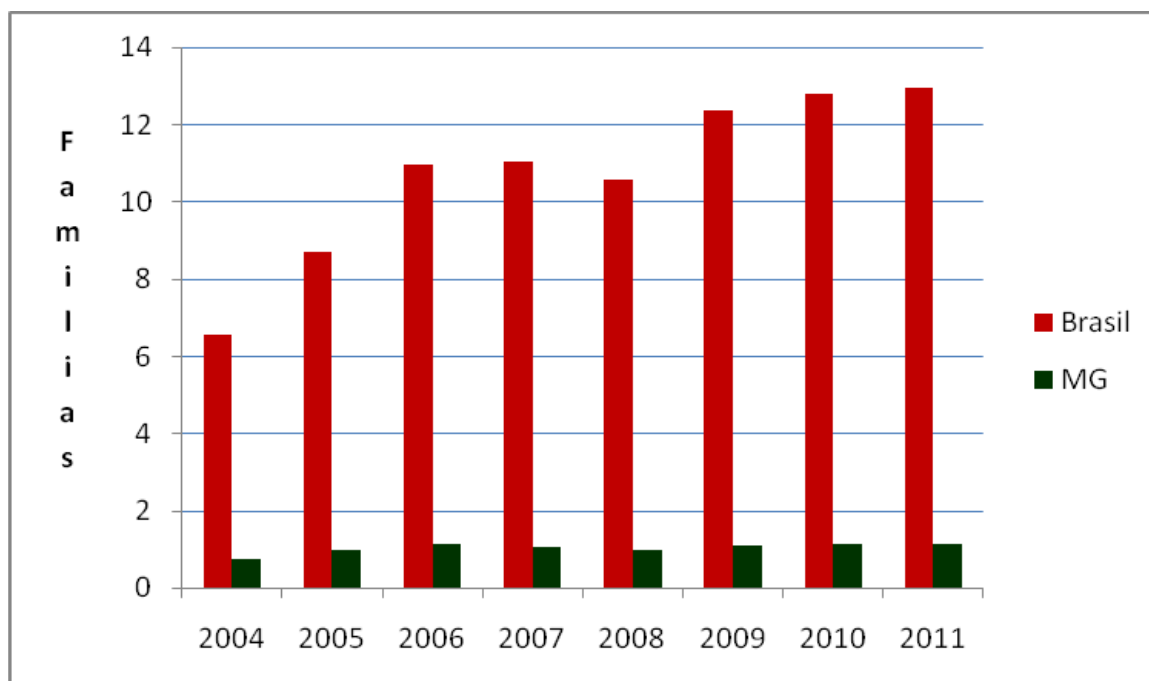


Gráfico 1 – Números de famílias beneficiárias do PBF, em milhões.

Fonte: MSD, 2011.

Pela Figura 1, verifica-se que em Minas Gerais, o número de famílias beneficiadas vem aumentando desde a criação do PBF, em 2004 a maioria dos municípios possuíam menos de 418 famílias beneficiadas, já em maio de 2011 a maioria dos municípios tem mais de 1324 famílias beneficiadas.

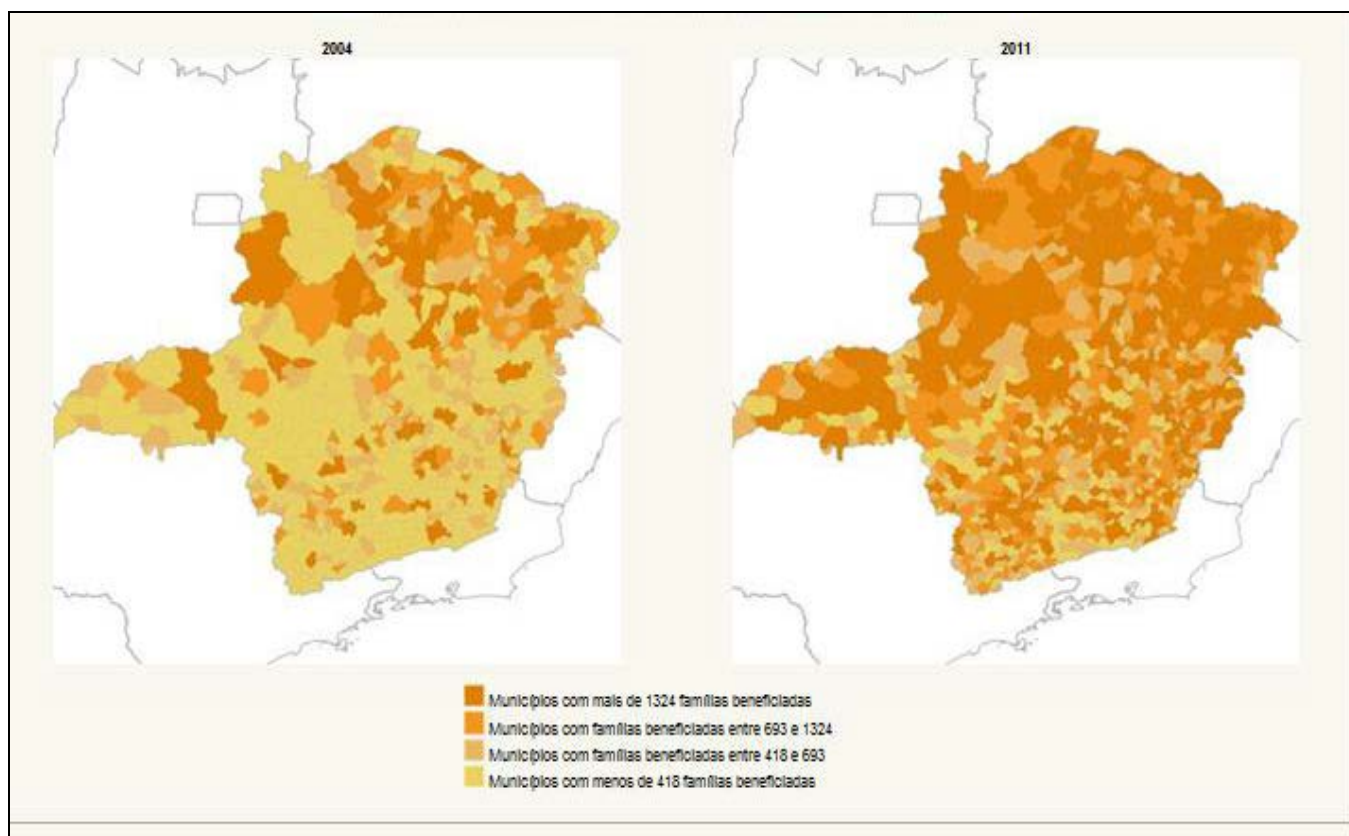


Figura 1 - Famílias Beneficiadas do PBF em MG, 2004 e 2011
Fonte: MSD, 2011

As Condicionalidades do PBF são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti),

devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal (MDS, 20011).

O PBF parte da premissa de que o cumprimento das condicionalidades terá impacto positivo na redução da pobreza futura ao garantir aos membros das famílias beneficiadas melhores condições de saúde e aumento do nível de escolaridade, assim como habilidades e competências para o trabalho e a cidadania. Considera-se que a efetividade de programas de transferência de renda está estreitamente associada ao cumprimento, por parte das famílias, das exigências de contrapartida.

Uma crítica ao programa é o potencial desestímulo ao trabalho que o mesmo pode trazer aos beneficiários. Nesse aspecto, o acesso ao benefício inibiria o exercício laboral com vistas à permanência no programa e, portanto, a garantia de recebimento da renda vinculada.

Teixeira (2008) destaca que pode haver desincentivo ao trabalho de acordo com o impacto do benefício na renda da família, o que também pode variar de acordo com o sexo. Nesse aspecto, o tempo despendido pela mulher aos afazeres domésticos pode aumentar com uma mudança brusca na renda da família após o recebimento de benefício do PBF, em função das condicionalidades a serem cumpridas. Consequentemente, o aumento do tempo despendido na produção domiciliar diminuiria a oferta de trabalho remunerado. Na mesma linha, Tavares (2008) argumenta que o recebimento do benefício pode não afetar diretamente a oferta de trabalho, mas poderia afetar a quantidade de trabalho ofertado e, mais que isso, pode ocorrer mais acentuadamente entre as mães, haja vista as mulheres serem privilegiadas, pela gestão do PBF, a serem as beneficiárias legais do benefício e, pelo menos em tese, as responsáveis por administrá-lo. Segundo a autora, as mães beneficiárias reduzem, em média, de 10% a 5% de sua jornada de trabalho, comparativamente às mães não beneficiárias elegíveis ao programa.

Para Medeiros, Britto e Soares (2007), tal visão é equivocada, já que o valor médio do benefício impacta em média 11% do orçamento familiar, não é suficiente para que uma pessoa deixe de trabalhar. Além disso, dados da avaliação do impacto do PBF evidenciam que adultos residentes em domicílios com pelo menos um beneficiário têm uma taxa de participação no mercado de trabalho 3% maior do que a de adultos em domicílios sem beneficiários (CEDEPLAR, 2006).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, 92,2% dos ocupados residentes em domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de elegibilidade ao programa recebia até um salário mínimo mensal. Desses, 71,4% trabalhavam sem remuneração ou recebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O percentual daqueles que trabalhavam sem carteira, como conta própria, empregador ou sem remuneração, isto é, como trabalhadores informais, chegava a 91,3%. Ainda segundo dados da PNAD, entre trabalhadores urbanos elegíveis ao programa, de acordo com o critério de renda domiciliar *per capita* em 2006, 85,6% se ocupavam em trabalhos informais e 88,1% recebia até um salário mínimo. Entre os residentes em áreas rurais o percentual de ocupados sem carteira, conta própria, empregador e sem remuneração chegava a 96,1% e os que recebiam até um salário mínimo somavam 96,2%.

Este artigo relaciona trabalho e o PBF, do MDS, um programa focalizado de transferência condicionada de renda, destinado a famílias pobres e extremamente pobres. Especificamente, busca-se examinar a existência de diferenças e os fatores determinantes dessa diferença na chance de participação no mercado de trabalho entre ocupados para os residentes, de 25 a 64 anos, em domicílios urbanos e rural beneficiários do PBF e elegíveis ao Programa, no momento da pesquisa, mas não beneficiários.

Para alcançar o proposto, pressupõe que, além das características e atributos individuais, homens e mulheres experimentam processos distintos de participação no

mercado de trabalho e inserção ocupacional, o que é influenciado, entre outros fatores, pelo tipo de família e pelo lugar que se ocupa na família. Levando-se em conta esses fatores, este artigo visa questionar se ser residente em domicílio beneficiário do PBF afeta a chance de participação no mercado de trabalho. Foram excluídos da análise os beneficiários acima da linha de renda que estabelece a elegibilidade.

Este artigo está estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. No próximo tópico descreve-se as fontes de dados e variáveis selecionadas, buscando caracterizar a população em estudo a partir dos principais atributos escolhidos. Em seguida, os resultados serão apresentados e, por fim, tece-se as considerações finais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma pesquisa de caráter amostral, domiciliar, de periodicidade anual e de abrangência para todo o território nacional. O recorte feito corresponde à população com idade entre 25 e 64 anos, na faixa de renda domiciliar *per capita* elegível ao PBF e residente no Estado de Minas Gerais em 2006¹. O corte de idade se fez no sentido de captar a população fora do ciclo de formação escolar, haja vista que tal atributo influencia sobremaneira a participação no mercado de trabalho e a inserção ocupacional, e dentro do intervalo de idade mais propício ao exercício de atividade econômica.

Para definição de recebimento ou não de benefício do PBF, a PNAD de 2006 lançou mão de um suplemento sobre acesso a algumas transferências de renda de programas sociais nos domicílios, no qual constava um quesito com a pergunta '*Em setembro de 2006, algum morador deste domicílio recebeu dinheiro do programa social Bolsa-Família?*'. A identificação de beneficiário, portanto, está relacionada à residência em domicílio com existência de morador que recebeu o benefício no período de referência. Quanto à definição de elegibilidade ao PBF, optou-se por utilizar apenas o corte de renda domiciliar *per capita*, dada a impossibilidade de identificar a presença de gestantes no domicílio. É importante ressaltar também que o conceito de família utilizado pelo MDS tem correspondência com o domicílio na PNAD, isto é, a unidade de consumo, ou de convívio, ou ainda, de ligação doméstica.

A população em questão, portanto, foi classificada entre elegíveis beneficiários e elegíveis não beneficiários, isto é, residentes em domicílios cuja renda domiciliar por pessoa era de até R\$100,00 em setembro de 2006 e com presença, ou não, de algum morador que recebeu dinheiro do PBF no mesmo período. Do total de beneficiários do programa em 2006, 48,1% residia em domicílios com faixa de renda domiciliar *per capita* superior à linha de elegibilidade. Considerando Minas Gerais, o percentual encontrado foi de 32%.

Nas análises utilizou-se o modelo *logit* binomial, a função i é uma função das variáveis explicativas x que assumem valores distintos para cada indivíduo. Os parâmetros são identificados por β . O modelo *logit* binomial pode ser representado da seguinte forma²:

$$\text{Prob (evento 1 ocorrer)} = \text{Prob}(y=1) = F[\beta'x] \quad (1)$$

¹ Daqui por diante sempre que for citada a população elegível ao PBF, considere-se a população com idade entre 25 e 64 anos, residente no Estado de Minas Gerais e em domicílios cuja renda domiciliar *per capita* no mês de referência era de até R\$100,00.

² Para maiores informações ver GREENE (1997).

em que j são as situações em que o indivíduo se encontra, assim, j pode assumir os valores 0, 1. O conjunto de parâmetros β reflete o impacto das mudanças em x (matriz de atributos observáveis para as pessoas) na probabilidade de determinada pessoa se encontrar em uma das duas categorias possíveis.

A especificação do modelo logit binomial utilizada é dada pela seguinte equação:

$$P_j = \text{Prob}(Y_j = 1 | x_i) = \frac{e^{x_i \beta_j}}{1 + e^{x_i \beta_j}} \quad (2)$$

em que: Y_i = variável aleatória que indica a escolha feita,
 P_j = $\text{Prob}(Y_i=j)$ = probabilidade de um indivíduo i optar pela escolha j ,
 X = matriz de atributos observáveis para os indivíduos,
 β = Vetor de parâmetros a serem estimados.

A estimação do modelo apresentado deve levar em conta as características da amostra. No caso, devido à incorporação do plano amostral e dos pesos da PNAD, não se poderia utilizar o Método da Máxima Verossimilhança (MV), com a pressuposição de as observações serem o resultado de processos aleatórios independentes e identicamente distribuídos. Tal hipótese é imprópria para dados amostrais complexos como os da PNAD³ principalmente no que tange ao cálculo dos erros-padrão das estimativas e testes de hipótese. Dessa forma, o ajuste de modelos paramétricos deve ser feito através do Método da Máxima Pseudo-Verossimilhança (MPV), cuja utilização em amostras complexas originou-se do trabalho de Binder (1983), sendo consolidada por Skinner; Holt e Smith (1989).

3 - DADOS

Utilizou-se dados desagregados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) referente ao ano de 2006. Essa pesquisa baseia-se em uma amostra probabilística de domicílios e, para o ano de 2006, foram pesquisadas 410.241 mil pessoas amostradas em 145.547 unidades domiciliares. A coleta de dados foi realizada em 30 de setembro de 2006. Esta pesquisa compõe dados de uma amostra com um número elevado de indivíduos, que agregam informações na qual há detalhes sobre a vida sócio-econômica de cada um, como rendimento do trabalho, raça, nível de escolaridade, região onde vive, idade, número e idade das crianças por família, posição do indivíduo na família, atividade que o indivíduo exerce, número de horas trabalhadas.

A descrição das variáveis utilizadas neste trabalho é apresentada a seguir:

- escol – número de anos que o indivíduo frequentou a escola;
- sexo – variável dummy que assume valor 1 quando o indivíduo é do sexo masculino e 0 caso contrário;
- idade – idade do indivíduo;
- Situação do Domicílio - variável dummy que assume valor 1 quando a o indivíduo residente na área Urbana e 0 caso contrário;
- raça_bi - variável *dummy* que assume valor 1 quando a indivíduo é de raça/cor branca e 0 caso contrário;
- beneficiário - variável dummy que assume valor 1 quando a indivíduo é elegível e beneficiário do PBF e 0 caso contrário;

³ Para maiores detalhes sobre a complexidade dos dados da PNAD e as implicações dessas características para as estimativas de modelos econométricos, consultar Silva; Pessoa e Lila (2002).

- Posição Familiar 1 - variável dummy que assume valor 1 quando a indivíduo é a pessoa de referência do domicílio e 0 caso contrário;
- Posição Familiar 2 - variável dummy que assume valor 1 quando a indivíduo é o conjugue do domicílio e 0 caso contrário.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os resultados da aplicação da regressão logística binomial da população elegível ao PBF para estimar a chance de participação no mercado de trabalho, ou seja, de estar ocupado ou desocupado na semana de referência da pesquisa em relação a estar fora da população economicamente ativa (PEA). O modelo considerou apenas as variáveis demográficas, situação do domicílio e recebimento do benefício do PBF.

O resultado do modelo sugere que a chance de participação no mercado de trabalho, isto é, de estar ocupado ou desocupado na semana de referência, é e de aproximadamente três vezes maior para homens, relativamente às mulheres, controlando-se pelas demais variáveis. A chance diminui em 11,1% para brancos, comparativamente aos não brancos e em 4,6% a cada ano a mais de idade. Quanto à variável de anos de estudos, o aumento em um ano representa 9,5% a mais de chance de pertencer à população economicamente ativa, enquanto residentes em na área urbana é de 75,4% menor para os residentes em áreas rural. O resultado também mostra que residentes em domicílios elegíveis e beneficiários têm chance 25,7% menor de estar na PEA, em comparação aos elegíveis não-beneficiários, controlando-se pelos demais atributos.

Tabela 1 – Coeficientes e razões de chance dos modelos logísticos binomiais da população residente no Estado de Minas Gerais, 2006

Variavel	Coeficiente	RC
Constante	3,243 *	
Sexo	1,457*	4,290
Idade	-0,047*	0,954
Escolaridade	0,091	1,095
Situação (CR = Urbana)	-1,062*	0,346
Raça/Cor da pele (CR= Branca)	-0,118*	0,889
Beneficiário do PBF (CR = Beneficiário)	-0,297	0,743

Fonte: Resultado da Pesquisa.

CR = Categoria de Referência; *Significante a 1%;

Número de observações: 2.040.

A Tabela 2 apresenta o resultado da regressão logística binomial aplicada à População Economicamente Ativa elegível ao PBF. O objetivo é examinar a chance de estar ocupado na semana de referência da pesquisa, em comparação a estar desocupado, o modelo considera apenas as variáveis demográficas, situação do domicílio, recebimento do benefício e as de posição no domicílio.

De acordo com os resultados, homens têm chance quase duas vezes maior do que as mulheres de estarem ocupados, controlando-se pelas demais características. O

aumento da idade a cada ano e a situação do domicílio estar situado na área urbana diminuem a chance de ocupação em 4,3% e 74,2%%, respectivamente. A cada uma ano a mais na variável anos de estudos aumenta a chance do indivíduo de estar ocupado em 8,4. Por outro lado, os beneficiários do PBF têm chance reduzida em 47,3% de estarem ocupados aos não-beneficiários. Entre os economicamente ativos na posição de pessoa de referência do domicílio, observa-se uma chance de aproximadamente uma vez e meia maior de estar ocupado em comparação àqueles indivíduos na posição de filho/a e outro parente. Entre aqueles na posição de cônjuge, também há um aumento na chance, porém, menor que no caso da pessoa de referência. A variável que representa a cor da pele dos indivíduos não foi significativa.

Tabela 2 - Coeficientes e razões de chance (RC) dos modelos logísticos binomiais da população economicamente ativa residente no Estado de Minas Gerais, 2006

Variável	Coeficiente	RC
Constante	2,713 *	
Sexo	1,093*	2,984
Idade	-0,044*	0,957
Escolaridade	0,081	1,084
Situação (CR = Urbana)	1,280*	0,278
Raça/Cor da pele (CR= Branca)	-0,039 ^{NS}	0,962
Beneficiário do PBF (CR = Beneficiário)	-0,723*	0,485
Posição Família1 (CR=Pessoa de Referência)	0,928*	2,523
Posição Família 2 (CR=Cônjuge)	0,082*	1,317

Fonte: Resultado da Pesquisa.

CR = Categoria de Referência; *Significante a 1%, NS = não significativo;

Número de observações: 934.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da PNAD 2006 realizada neste trabalho indica que há associação entre recebimento de benefício do PBF e desestímulo ou obstáculo à participação no mercado de trabalho ou à ocupação no Estado de Minas Gerais, em 2006. A população elegível e beneficiária possui chance menor de pertencer à PEA, em relação a não pertencer, e de estar ocupada, em relação a estar desocupada, comparativamente à população elegível não beneficiária.

O estudo aqui apresentado oferece uma análise transversal da situação ocupacional de elegíveis ao Programa Bolsa Família, beneficiários ou não beneficiários. Nesse aspecto, o fato de não conhecer a trajetória da população estudada no que se refere a, por exemplo, quanto tempo recebia o benefício, não é possível saber se a pior situação encontrada entre mulheres beneficiárias é efeito da focalização do programa ou mesmo do recebimento do benefício. No primeiro caso, a associação encontrada corrobora o fato de que o PBF está direcionando seus recursos às pessoas que mais necessitam deles. Por outro lado, caso a associação esteja associada ao recebimento do benefício, o programa pode estar atuando como desincentivo ou obstáculo ao trabalho.

REFERÊNCIAS

BLINDER, A.S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of Human Resources**, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL. Projeto de avaliação do impacto do programa Bolsa Família – relatório analítico final, 2006. www.cedeplar.ufmg.br, acesso em 12/2/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por mostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, v.79, p.5-21, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **O Programa Bolsa Família**. 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/decretos-1/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/decretos-1/decreto_5749-110406.pdf. Acesso em 30/03/2011.

SILVA, P.L.N.; PESSOA, D.G.C.; LILA, M.F. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 659-670, 2002.

SKINNER, C. J.; HOLT, D.; SMITH, T. M. **F Analysis of complex surveys**. Chichester John Wiley & Sons, 1989. 309p.

TAVARES, Priscilla de Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 16, 2008, Caxambu. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1940.pdf. Acesso em 20/02/2009.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. Análise do impacto do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho dos homens e mulheres. **Biblioteca Virtual Bolsa Família**, 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/27P.pdf> Acesso em 10/036/2011.